CLIPPING INTERNET

17/03/2022 ATÉ 17/03/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CEMULHER
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 CNJ
2.1 SITE O MARANHENSE..... 2
3 COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
3.1 BLOG DO LEITÃO..... 3
3.2 SITE O MARANHENSE..... 4
4 DECISÕES
4.1 BLOG ANTÔNIO AMARAL..... 5
4.2 BLOG DO MINARD..... 6
4.3 BLOG MALDINE VIEIRA..... 7
5 DESEMBARGADOR
5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 8
5.2 BLOG PRISCILA PETRUS..... 9
5.3 BLOG TRIBUNA98..... 10 11
5.4 SITE JORNAL PEQUENO..... 12
6 PRESIDÊNCIA
6.1 SITE O MARANHENSE..... 13

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
17/03/2022 - BLOG ANTÔNIO AMARAL
POSITIVA
JUÍZES E JUÍZAS RECEBEM PROMOÇÃO E REMOÇÃO PARA CIDADES DO MARANHÃO - TJMA

JUÍZES E JUÍZAS RECEBEM PROMOÇÃO E REMOÇÃO PARA CIDADES DO MARANHÃO - TJMA

TJMA aprova promoção e remoção de juízes e juízas

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa de quarta-feira (16), promoveram e removeram juízes e juízas, pelos critérios de merecimento e antiguidade.

Promoção para a Entrância Intermediária

O juiz Bernardo Luiz de Melo Freire, titular da Comarca de Poção de Pedras, foi promovido, pelo critério de merecimento, para a 4ª Vara da Comarca de Pedreiras.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Celso Serafim Júnior, titular da Comarca de Icatu, foi promovido para a 3ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Para a 2ª Vara da Comarca de Grajaú, foi promovida, pelo critério de merecimento, a juíza Nuza Maria Oliveira Lima, titular da Comarca de São João Patos.

Remoção na Entrância Intermediária

O juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caxias, foi removido para a 1ª Vara Cível da referida Comarca, pelo critério de merecimento.

A juíza Selecina Henrique Locatelli, titular da 1ª Vara da Comarca de Grajaú, foi removida, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia.

Pelo critério de merecimento, o juiz Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas, foi removido, para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Isaac Diego Vieira de Sousa Silva, titular da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, foi removido para a 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

Promoção para a Entrância Final

A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas, foi promovida, pelo critério de antiguidade, para a Comarca da Ilha de São Luís.

Remoção na Entrância Final

Pelo critério de merecimento, o juiz Antônio Agenor Gomes, titular da 1ª Vara Cível do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha de São Luís, foi removido para o 2º Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha de São Luís.

EXEMPLO! PRECATÓRIOS: Presidente Do TJ Destaca Celeridade Da Prefeitura De SLZ

posted by blogdoleitao , on 06:10 , No Comments
O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, fez nesta quarta-feira, 16, durante sessão plenária administrativa, um importante reconhecimento à Prefeitura de São Luís.

O magistrado pontuou a celeridade com que o Município tem conduzido processos de pagamento aos credores – não sem antes criticar a lentidão do Estado para casos do tipo.

Na capital maranhense, processos de pagamento de precatórios são conduzidos por um comitê gestor, coordenado pela Procuradoria-Geral do Município (PGM).

“Município modelo”, ressaltou Serejo.

TJMA aprova promoção e remoção de juízes e juízas

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira (16), promoveram e removeram juízes e juízas, pelos critérios de merecimento e antiguidade.

Promoção para a Entrância Intermediária

O juiz Bernardo Luiz de Melo Freire, titular da Comarca de Poção de Pedras, foi promovido, pelo critério de merecimento, para a 4ª Vara da Comarca de Pedreiras.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Celso Serafim Júnior, titular da Comarca de Icatu, foi promovido para a 3ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Para a 2ª Vara da Comarca de Grajaú, foi promovida, pelo critério de merecimento, a juíza Nuza Maria Oliveira Lima, titular da Comarca de São João Patos.

Remoção na Entrância Intermediária

O juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caxias, foi removido para a 1ª Vara Cível da referida Comarca, pelo critério de merecimento.

A juíza Selecina Henrique Locatelli, titular da 1ª Vara da Comarca de Grajaú, foi removida, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia.

Pelo critério de merecimento, o juiz Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas, foi removido, para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Isaac Diego Vieira de Sousa Silva, titular da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, foi removido para a 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

Promoção para a Entrância Final

A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas, foi promovida, pelo critério de antiguidade, para a Comarca da Ilha de São Luís.

Remoção na Entrância Final

Pelo critério de merecimento, o juiz Antônio Agenor Gomes, titular da 1ª Vara Cível do Termo Judiciário de São

José de Ribamar da Comarca da Ilha de São Luís, foi removido para o 2º Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha de São Luís.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
17/03/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador; texto vai à AL

TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador; texto vai à AL

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, nesta quarta-feira, 16, anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão.

O documento, que será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação – e, posteriormente, submetido à sanção do governador, caso aprovado –, também cria o cargo de 2º vice-presidente do TJMA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador. O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

Das sete novas vagas, cinco serão preenchidas por magistrados de carreira, uma por membro do Ministério Público e outra por advogado.

Por suspeita de direcionamento, justiça manda SEDUC substituir empresa em licitação de R$ 228 milhões; veja a decisão

POR MALDINE VIEIRA EM 16/03/2022 EM PODER
Felipe Camarão e PT vão em busca de alianças com o PSB, PCdoB e o PSOL - Portal MA98
Por suspeita de direcionamento, Justiça manda SEDUC substituir empresa em licitação de R$ 228 milhões; veja a decisão.
O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), determinou que a Secretaria de Estado de Educação, comandada pelo pré-candidato a deputado federal Felipe Camarão, do PT, efetuasse a substituição de uma das empresas que integram parte de uma licitação multimilionária em andamento na pasta.

Com valor estimado em estratosféricos R$ 228 milhões, conforme aponta o edital, a licitação foi aberta em junho de 2021 e teve como objetivo o registro de preço para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, desinfecção, higienização e conservação das instalações físicas, mobiliário e jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos nas escola das rede estadual de ensino.

A decisão, concedida em caráter liminar, é fruto de um agravo instrumento impetrado pela empresa Global Serviços e Comercio Ltda, que apontou escancarado abuso de poder pela pregoeira da pasta, identificada como Laureen Silva Fernandes Dias.

A pregoeira é suspeita de direcionamento em uma parte generosa, estimada em R$ 38 milhões, à empresa Servfaz Serviços de Mão de Obra Ltda, localizada na cidade de Teresina, no Piauí.

A empresa é registrada em nome de Daniela Roberta Duarte da Cunha, apontada pelo Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) como laranja do Senador piauiense e atual ministro-chefe da Casa Civil Ciro Nogueira, do PP.

A Servfaz teria sido beneficiada depois que Laureen Silva julgou procedente pedido de impugnação baseado em supostas irregularidades na subcontratação da empresa Supritech Soluções Ambientais Ltda em 15% do valor global do grupo 3, estimado em 38 milhões, por parte da Global Serviços, até então vencedora dos grupos 3 e 4.

A justificava no entanto foi duramente rebatida pelo desembargador, que foi enfático ao afirmar “Nada obstante, a reclamação diz respeito a exigência de que a empresa indicada como subcontratada (SUPRITECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA), na qualidade de Empresa de Pequeno Porte – EPP, tenha quer cumprir os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006 (item 4.2.1 do Edital). A meu sentir, a exigência acima relatada deve ser imputada tão somente a empresa que participa diretamente do certame licitatório, não se podendo ampliar a interpretação da norma editalícia para atingir a subcontratada, diante da falta de previsão no edital”.

Por fim, Luiz Gonzaga afirma ainda “Justifica-se a concessão da liminar requerida, uma vez que presente a probabilidade do direito alegado, bem como o evidente dano ao direito subjetivo da agravante, acaso não se

permita a sua participação no certame licitatório, mantendo-se o status quo, qual seja, de vencedora da licitação referente ao Grupo 3 e autorizando a subcontratação da empresa SUPRITECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, ao menos até o trâmite final processual”.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
17/03/2022 - BLOG PRISCILA PETRUS
POSITIVA
Tribunal de Justiça do Maranhão aprova proposta que cria novos cargos de desembargador

Tribunal de Justiça do Maranhão aprova proposta que cria novos cargos de desembargador

Por Priscila Petrus -17 de março de 20220

Foi aprovado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anteprojeto de lei que cria novos cargos de desembargador na justiça estadual. A sessão ocorreu nesta quarta-feira (16) e o documento inclui ainda, proposta de criação do cargo de segundo vice-presidente do tribunal.

Pelo documento, serão criados mais sete cargos de desembargador e o segundo vice-presidente vai acumular a função de ouvidor judicial. O Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores.

Entre estes serão escolhidos o presidente, o primeiro vice-presidente, o segundo vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.
O texto irá à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação e após, será submetido à sanção do governador.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
17/03/2022 - BLOG TRIBUNA98
POSITIVA
Movimentação na OAB para quem vai pegar a vaga de desembargador do TJ

Movimentação na OAB para quem vai pegar a vaga de desembargador do TJ

ATUAL 7 – Aprovada nesta quarta-feira (16) por ampla maioria da cúpula do Tribunal de Justiça do Maranhão, a criação de novo cargo de desembargador da corte para vaga reservada ao quinto constitucional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) já provoca intensa movimentação de advogados maranhenses.

Além de uma vaga reservada aos causídicos, a proposta cria ainda outras cinco aos magistrados de carreira e uma outra para os membros do Ministério Público.

Dentre os advogados que já se articulam pelo cargo, segundo apurou o ATUAL7, têm se movimentado com maior influência para a escolha ao menos oito: Marco Braid, Gustavo Vilas Boas, Gustavo Sauáia, Daniel Leite, Poliana Freire, Thiago Diaz, Rodrigo Maia e Marcelo Everton, filho do desembargador do TJ-MA Marcelino Everton.

A proposta ainda precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado para formação de lista sêxtupla pela Seccional maranhense da Ordem.

Os advogados que estão se movimentando pela vaga atuam no ramo civilista, empresarial, eleitoral e previdenciário. Também trabalham com prefeituras no âmbito do direito administrativo municipal.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
17/03/2022 - BLOG TRIBUNA98
POSITIVA
TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador

TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, nesta quarta-feira, 16, anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão.

O documento, que será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação – e, posteriormente, submetido à sanção do governador, caso aprovado –, também cria o cargo de 2º vice-presidente do TJMA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador. O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

Das sete novas vagas, cinco serão preenchidas por magistrados de carreira, uma por membro do Ministério Público e outra por advogado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
17/03/2022 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
Aprovado anteprojeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

Aprovado anteprojeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

O documento será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação e, posteriormente, submetido à sanção do governador.

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão, em sessão plenária administrativa, nesta quarta-feira (16), em processo sob a relatoria do desembargador Cleones Cunha.

O documento, que será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação – e, posteriormente, submetido à sanção do governador, caso aprovado – também cria o cargo de 2º vice-presidente do TJMA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador.

O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procuradorgeral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vicepresidente, o 2º vice-presidente e o corregedorgeral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
17/03/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
MPMA realiza palestras em alusão ao mês da mulher na Região Tocantina

MPMA realiza palestras em alusão ao mês da mulher na Região Tocantina

17 de março de 2022 omaranhense

O Ministério Público do Maranhão realizou palestras em alusão ao mês da mulher em municípios da Região Tocantina. As atividades iniciaram na segunda-feira, 14, em Açailândia e Imperatriz (manhã e tarde, respectivamente). O encerramento ocorre nesta terça, 15, em Balsas.

A iniciativa resulta de uma parceria do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (Caop-Mulher), Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), Promotorias de Justiça de Açailândia, Imperatriz e Balsas. As palestras são abertas ao público em geral.

AÇAILÂNDIA

Na segunda pela manhã, a palestra sobre violência doméstica foi proferida pela coordenadora do Caop-Mulher, Sandra Fagundes Garcia, acompanhada do promotor de justiça de Açailândia, Guilherme Fajardo, e da defensora pública Adriana Esteves. A atividade foi realizada no auditório do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Na ocasião, foi assinado o Protocolo de Intenções no qual todos os órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher assumiram o compromisso de adotar políticas públicas para fortalecer a defesa da mulher.

Compõem a Rede o Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Judiciário, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Municipal da Mulher e Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram).

Durante a sua exposição, a coordenadora do CAOp-Mulher, Sandra Garcia, destacou a importância do trabalho em parceria de todos os órgãos e instituições do sistema de justiça e de segurança para o enfrentamento à violência de gênero. “Aqui, na Rede, as diferenças de atribuição de todos os envolvidos desaparecem. Estamos todos em um mesmo patamar em busca de um objetivo único: enfrentar a violência de gênero”, declarou.

A diretora da ESMP, promotora de justiça Karla Adriana Farias Vieira, lamentou os dados negativos registrados no Brasil, referentes à violência contra a mulher, durante o período da pandemia. “Não temos muito o que celebrar. A data 8 de março nunca significou tanto como um dia de luta quanto neste ano de 2022, porque nos últimos dois anos foram registrados aproximadamente 2.500 feminicídios e mais de 100 mil casos de estupro de meninas e mulheres no país. Isto significa que é importantíssima a nossa organização em rede”, enfatizou.

Do Ministério Público, também esteve presente na mesa do encontro a promotora de justiça Elyjeane Alves Carvalho (integrante da ESMP).

IMPERATRIZ

Em Imperatriz, o encontro foi realizado na segunda à tarde, no auditório das Promotorias de Justiça. A palestra "Ancestralidade, Direito e Mulheres Negras" foi proferida pela promotora de justiça do Ministério Público da Bahia, Lívia Maria Sant'Anna Vaz, reconhecida como uma das 100 pessoas de descendência africana mais influentes do mundo.

Com um vasto currículo, a representante ministerial da Bahia atua na Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo e também coordena, desde 2015, o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação do MPBA (GEDHDIS).

Ela também integra um Comitê Interinstitucional que monitora e busca a implementação de leis que determinam a inclusão nos currículos oficiais de ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Outro trabalho foi a criação do aplicativo Mapa do Racismo e Intolerância Religiosa, em 2018, como uma maneira de desburocratizar o acesso das pessoas ao MP para registrar casos de racismo, injúria racial e intolerância religiosa.

Em sua exposição, Lívia Sant'Anna Vaz discorreu sobre o processo de exclusão das mulheres negras na sociedade brasileira. "Em um país tão racista e sexista como o nosso, quando falamos em mulher, nós mulheres negras não estamos incluídas, assim como nós não ocupamos espaços de poder e de decisão", enfatizou.

A promotora de justiça afirmou, ainda, que a solidão da mulher negra inicia na escola, quando as primeiras práticas de preconceito e de desprezo se manifestam. "Antes de assumirmos com orgulho a nossa identidade, a nossa linguagem, passamos por um processo anterior de muita negação e muito sofrimento", comentou.

Coordenadora do Núcleo de Promoção da Diversidade (Nudiv), a promotora de justiça do Ministério Público do Maranhão, Samira Mercês dos Santos, ressaltou a necessidade de aproximação da instituição ministerial dos movimentos que promovem a igualdade racial em Imperatriz. "Muito mais que representar demandas processuais, o nosso trabalho deve ser desenvolvido junto à sociedade. Nós não podemos representar uma verdadeira transformação social se estivermos afastados dos movimentos que trabalham a igualdade étnico-racial em nosso município", disse.

Samira Mercês dos Santos igualmente lembrou que o Município de Imperatriz não possui secretaria de igualdade racial e, nas escolas, a temática africana e afro-brasileira, assim como as contribuições da população indígena, não são transmitidas a contento, da forma como determina a legislação.

"Nós precisamos voltar o nosso olhar para as vulnerabilidades sociais e buscar políticas públicas de acesso à educação para que as potencialidades de todas as pessoas sejam consideradas", disse.

Do MPMA, estiveram presentes as promotoras de justiça Karla Adriana Farias Vieira (diretora da ESMP), Sandra Fagundes Garcia (coordenadora do CAOp Mulher), Aline Matos Pires (Defesa da Mulher), Elyjeane Alves Carvalho (integrante da ESMP) e Sandro Pohfal Bíscaro (diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz).

BALSAS

No Município de Balsas, a programação, que ocorre no auditório do Fórum de Balsas, inclui palestra sobre violência doméstica. Outra atividade é a aula inaugural do Grupo Reflexivo Ressignificar, projeto do Ministério Público do Maranhão que traz homens envolvidos no contexto de violência doméstica para refletirem sobre suas ações e tentar modificar seus relacionamentos dando um fim ao ciclo da violência.

GALERIA DE ARTE

Durante a atividade em Imperatriz, foi inaugurada a galeria de arte das Promotorias de Justiça de Imperatriz, com a exposição “O Salto”. O nome faz alusão não só ao salto alto, mas também ao salto que todas as mulheres deram na vida, apesar das adversidades.

A mostra conta com telas do acervo da Fundação Cultural de Imperatriz de autoria de artistas locais, como Paulinho Lobão, Sônia Maria, Ijanes Guimarães e Glauce.

A exposição é uma iniciativa do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão em parceria com as Promotorias de Justiça de Imperatriz e a Fundação Cultural de Imperatriz.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
17/03/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA é reconhecido com Selo Prata pelo CNJ

TJMA é reconhecido com Selo Prata pelo CNJ

16 de março de 2022 omaranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conquistou o Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade do ano de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O resultado foi alcançado após a interposição de recurso e revisão da pontuação do TJMA.

O TJMA atingiu o percentual de pontuação igual a 57,95%, chegando à pontuação de 959, de um máximo de 1655, posicionando-se para a categoria “Prata”.

Nesta segunda-feira (14/3), o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, recebeu a comunicação, por meio de ofício assinado pelo presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, conselheiro Richard Pae Kim.

Para o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, o resultado reflete o empenho no trabalho dos servidores, servidoras, magistrados, magistradas e demais colaboradores e colaboradoras do Judiciário maranhense, primando por serviços eficientes, céleres e com inovação.

Todos os tribunais do país participaram do Prêmio CNJ de Qualidade, incluindo os tribunais superiores, os 27 Tribunais de Justiça (TJs), os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e os três Tribunais de Justiça Militar (TJMs) dos estados.

EDIÇÃO DE 2021

O Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2021, de acordo com a Portaria CNJ nº 135 de 6 de maio de 2021, apresentou avanços em relação ao ano anterior, tendo sido implementadas mudanças nos critérios de pontuação e avaliação a pedido dos tribunais. Também foi considerada a situação emergencial do país e, consequentemente, do Poder Judiciário, com o enfrentamento à pandemia da Covid-19. A portaria foi apresentada durante a primeira Reunião Preparatória para o XIV Encontro do Poder Judiciário.

Entre as mudanças, foi incorporada a definição de parâmetros de classificação por segmento de Justiça, ou seja, Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar e Tribunais Superiores, e não mais no modelo de ranking geral. A mudança foi uma sugestão dos tribunais para que os critérios de avaliação observassem de maneira mais paritária os participantes.

Outra modificação trata da divisão de eixos temáticos pelos quais será avaliado o desempenho dos órgãos da Justiça. Em 2019, o Prêmio identificou, avaliou e reconheceu o trabalho dos tribunais brasileiros em três eixos temáticos: Governança, Produtividade e Transparência e Informação. A partir de 2020, a pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade será por meio de critérios sistematizados em quatro categorias: Governança; Produtividade; Transparência; e Dados e Tecnologia.

Os critérios de avaliação dos tribunais foram aperfeiçoados e adequados à realidade do país. Para cada um dos requisitos, é atribuído um valor de pontuação, com itens diferenciados por segmento de Justiça. Os tribunais que alcançarem melhor colocação entre aqueles do mesmo ramo serão reconhecidos pelo Prêmio CNJ de

Qualidade nas categorias “Diamante”, “Ouro” e “Prata”.

TJMA divulga listas de credores de precatórios do Maranhão e entidades da Administração Indireta

17 de março de 2022 omaranhense

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria de Precatórios, publicou novas listas de credores de precatórios devidos pelo Estado do Maranhão e respectivas entidades da Administração Indireta. As novas listas de credores foram atualizadas até a data de 28/02/2022.

As listas foram publicadas, consoante orientação contida na Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com identificação do número do precatório, da posição para pagamento, assim como da natureza, eventual preferência e do valor atualizado do crédito.

ESTADO DO MARANHÃO

A lista geral do Estado do Maranhão possui 10.669 credores que aguardam o recebimento de valores referentes aos precatórios judiciais dos orçamentos de 2015 a 2023.
O valor total devido pelo Estado do Maranhão corresponde a R$ 1.943.181.502,38.

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Já no que se refere à Administração Indireta do Estado do Maranhão, foram publicadas as listas atualizadas referentes às 06 (seis) autarquias estaduais, com precatórios pendentes de pagamentos. São elas: CAEMA, DETRAN, FUNAC, ITERMA, JUCEMA e UEMA. Ato todo são 38 precatórios, no montante de R$ 16.634.200,33.

Os últimos lotes de pagamentos de precatórios do Estado do Maranhão, também, foram publicados pela Coordenadoria de Precatórios.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O juiz auxiliar da Presidência, Gestor de Precatórios, Marco Adriano Ramos Fonsêca, informou que a próxima lista a ser publicada será a do Município de São Luís e respectiva Administração Indireta, tão logo seja concluído o procedimento de pagamento em curso, conforme cronograma de pagamento já divulgado, e cujos credores já foram intimados por publicação no Diário da Justiça Eletrônico, por intermédio de seus advogados.

“Trata-se da continuidade da implementação de diretrizes estratégicas para otimizar as rotinas administrativas e ações de modernização da gestão de precatórios, incrementando os mecanismos de accountability e compliance já adotados no âmbito desta Coordenadoria, viabilizando a progressiva atualização periódica da lista cronológica de precatórios à medida em que são liquidados os pagamentos, seguindo a periodicidade dos aportes realizados pelos entes devedores, alinhado às orientações do Conselho Nacional de Justiça”, disse o juiz Marco Adriano.

Acesse a lista atualizada de Precatórios AQUI.

Não sabe o número do precatório?

Ver AQUI tutorial como consultar o número de um precatório.

A Coordenadoria informa que o atendimento no setor está ocorrendo pelas seguintes vias:

a) Telefone fixo (98) 3261-6237 e Whatsapp (98) 98476-8731, segunda à sexta das 8h às 13h;
b) E-mail: coordprecatorios@tjma.jus.br;
c) Assistente virtual: https://forms.gle/8z8xmDeqsu6ZKADg9;
d) Videoconferência, por meio de agendamento no link: http://www.tjma.jus.br/midia/prec/pagina/hotsite/500771
e) Atendimento presencial a credores e advogados, por ordem de chegada, das 8h às 13h, com quantidade limitada de pessoas no setor;

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
17/03/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Desembargadora Angela Salazar receberá prêmio do Senado Federal

Desembargadora Angela Salazar receberá prêmio do Senado Federal

16 de março de 2022 omaranhense

A desembargadora Angela Salazar será homenageada pelo Senado Federal com a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em reconhecimento a sua importante contribuição na defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero. A solenidade de entrega ocorrerá no dia 23, às 10h, em Brasília, no Senado Federal. O nome do prêmio homenageia a bióloga Bertha Lutz, uma das figuras centrais do movimento sufragista brasileiro.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi instituído no Senado Federal pela Resolução nº 2, de 2011, em homenagem à ex-deputada Federal Bertha Maria Júlia Lutz, líder na luta pelos direitos políticos das mulheres, que se empenhou pela aprovação da legislação visando a igualdade salarial para as mulheres, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias. Serão homenageadas, na ocasião, 21 personalidades.

O anúncio da concessão do Diploma de homenagem à desembargadora Angela Salazar foi feito nesta quarta-feira (16), em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça pelo desembargador Jorge Rachid, que deixou consignado os seus aplausos. “A desembargadora Angela Salazar é uma figura icônica da mulher maranhense e dos direitos da mulher”, frisou o desembargador Jorge Rachid.

“A desembargadora Angela Salazar é uma referência na luta pelos direitos das mulheres e receberá do Senado Federal uma homenagem justa e merecida, no ano em que também comemoramos o bicenteneário de Maria Firmina, outra mulher de valor humano imensurável”, assinalou o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, presente à sessão, disse que a desembargadora Angela Salazar, antes de ser magistrada, foi do Ministério Público com muito orgulho. “Ela merece todas as honras porque é uma mulher com muita dignidade e respeito”, concluiu.

“Foi com muita honra, alegria, mas também com muita humildade que recebi a notícia de que fui agraciada com esse importante Diploma Bertha Lutz, em razão do trabalho que nós desempenhamos desde quando adentramos na magistratura”, comentou a magistrada.

Na oportunidade, a desembargadora Angela Salazar agradeceu ao desembargador Jorge Rachid por ter oportunizado no Tribunal, espaço para que desenvolvesse o trabalho em defesa dos direitos das mulheres e, também, dos direitos da criança e do adolescente.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é a terceira homenagem que a desembargadora Angela Salazar recebe em nível nacional, pelo trabalho desenvolvido em defesa dos direitos e da dignidade das mulheres.

A primeira ocorreu, em 2016, em Brasília com a entrega da Comenda SEPPIR, pela Secretaria de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Justiça e Cidadania, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido para gerar transformações na vida da população afrodescendente. A segunda foi quando foi escolhida para falar dos projetos desenvolvidos pela Cemulher no STF, que selecionou seis coordenadorias para uma exposição na Corte.